casadesarmento
centro de estudos do património

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

F. Martins Sarmento e a Questão do Celtismo.

GUERRA, Amílcar

Ano: 1999 | Número: 109a

Como citar este documento:

GUERRA, Amílcar, F. Martins Sarmento e a Questão do Celtismo. *Revista de Guimarães,* Volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia, 1999, p. 179-192.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

casadesarmento
centro de estudos do património

F. Martins Sarmento e a Questão do Celtismo

Amílcar Guerra[1]

Revista de Guimarães, Volume Especial, I, Guimarães, 1999, pp.179-192

1. A celticidade dos antigos habitantes da Galécia constituiu, na opinião mais popularizada, uma incontestável evidência. A vinculação da Galiza actual e, por extensão, de todo o noroeste, a uma antiga ascendência celta tem uma longa tradição entre os estudiosos e encontra-se profundamente inculcada na opinião geral. Por isso, seria fastidioso enumerar os autores que aceitam este postulado.

Tornar-se-ia interessante, para constatar até que ponto esta ideia se entranhou nas mentalidades, levantar os múltiplos exemplos do quotidiano que assentam neste pressuposto, mas seguramente inconclusivo, do ponto de vista deste trabalho. Apesar de o cidadão comum o ter como um dado adquirido, essa circunstância não tem relevância científica e radica, muitas vezes, em argumentos pouco consistentes, na maioria dos casos desconhecidos por parte de quem se limita a aceitar este postulado.

Quem se dedicou às questões de História Antiga desse território, sentiu quase sempre a necessidade de definir a sua posição em relação a este problema, apontando, na generalidade, no mesmo sentido da ideia geralmente difundida.

Uma das primeiras e mais notórias excepções a esta perspectiva é representada pela figura sob cujos auspícios se realiza este Colóquio. De facto, Francisco Martins Sarmento constitui, ainda hoje, a figura mais relevante da nossa Arqueologia que assumiu frontalmente uma posição contrária à *communis opinio*, sem ter medo de enfrentar o peso da tradição ou de ser perturbado pela sonoridade dos nomes que apoiavam a interpretação contrária.

---

[1] Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

Pode, todavia, dizer-se que a sua postura em relação a este problema acabou por não ter grande repercussão na tradição historiográfica, mas essa circunstância não retira qualquer mérito à sua perspectiva, nem enfraquece os seus argumentos. Ao contrário, a validade de muitos aspectos da sua interpretação transparece nas análises mais recentes sobre esta questão, nas quais podem, sob certos aspectos, encontrar-se os traços que nortearam o seu pensamento.

A contestação ou pelo menos a dívida sobre o celtismo das populações galaicas, hoje dominante no meio científico, assenta, em primeiro lugar, na impossibilidade de estabelecer qualquer vínculo especial entre a cultura material do noroeste peninsular e as regiões das etnias que habitualmente se apontam como celtas. Deste modo, haveria que abandonar a tradicional ideia e desligar os antigos habitantes desta região de um qualificativo étnico infundado ou, pelo menos, muito problemático.

Este contributo visa, acima de tudo, apresentar o seu posicionamento face ao problema da identificação dos galaicos (e lusitanos), em particular na suas relações com o mundo céltico. Uma vez que esta questão se encontra ainda sem uma solução unanimemente aceite, exporei igualmente a minha opinião a esse respeito.

2. Numa carta dirigida ao ilustre arqueólogo vimaranense, Hübner (*Correspondência*, p. 201), passada já a fase de desconfiança ao relação ao seu dedicado correspondente hispânico, tece algumas considerações acerca das suas qualidades, tendo em conta especificamente a demonstração dada na questão que o opunha a Adolfo Coelho: “vous êtes un debateur de premier rang et j’admire la multitude de livres en toutes les langues que vous avez lus”.

O amplo conhecimento que Martins Sarmento evidencia da produção científica europeia deveria, de facto, causar algum espanto, atendendo à posição periférica, também neste domínio, da realidade portuguesa e, em especial da pessoa em questão, que habitava uma pequena cidade profundamente rural.

A outra componente do elogio deve ser enquadrada numa época em que entrar em polémica era salutar e sustentar as causas em que se acreditava uma obrigação. Vistas à distância, as considerações de Hübner a este respeito poderiam constituir simultaneamente um elogio e uma crítica.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

Numa época que cultivava a polémica, como componente essencial da confrontação das ideias, o brilhantismo e a vivacidade do texto de Martins Sarmento e a sua argumentação, ampla e muitas vezes sólida, não deixa de se apresentar com um exemplo aos olhos do seu ilustre correspondente. Contudo, ainda que Hübner não o afirme, nem sequer o insinue, a polémica que o opõe a Adolfo Coelho pode assumir aspectos pouco condizentes com as normas de cavalheirismo que a época tanto apreciava. Não restam dúvidas, de facto, que o conteúdo das críticas e a natureza das afirmações abandonam, muitas vezes, o terreno do debate científico e não só se transferem para o plano estritamente pessoal, como atingem, neste domínio, níveis menos dignos das figuras envolvidas. O insulto -mais ou menos (por vezes muito pouco) subtil- está longe de ser excepção e poderia ser a razão pela qual Hübner, sem se querer pronunciar sobre a questão de fundo, como a "diplomacia" impunha, se reporta a essa qualidade do seu amigo, a respeito da qual seria admissível, eventualmente, a dupla interpretação a que se aludiu.

Em defesa de F. Martins Sarmento se pode invocar, desde logo, a circunstância de não ter sido ele a iniciar o conflito e a fixar o nível da discussão. De facto, não revela dignidade um professor universitário de mérito reconhecido iniciar a sua análise com considerações deste tipo: "O sr. Sarmento chegou muito tarde aos estudos históricos e a proposito das suas explorações das Citanias, que se tornaram para elle o que os psychologos chamam -um orgão de appercepção- de tudo o mais; não faz ideia clara dos methodos da critica applicaveis aos textos classicos, dos principios mais elementares da sciencia da linguagem, das bases das sciencias ethnicas; é um trabalhador isolado numa pequena cidade de província, rodeado de pessoas bem intencionadas, mas sem competência para discutirem as suas opiniões, que aceitam incondicionalmente. Jacob Grimm falou algures da «coragem de errar» e H. Steinthal achou para um estado psychologico que infelizmente é vulgar a maravilhosa expressão -«heroismo da leviandade»" (Coelho1889: 129).

O docente do Curso Superior de Letras recorda aos leitores que, as ideias que o erudito vimaranenese ultimamente defendia representam precisamente o oposto das que sustentou até determinado momento, ironizando a respeito da "grande revolução no espírito do Sr. Sarmento" que ditou esta mudança (Coelho 1889: 130-1).

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

Ignorância generalizada, mas atrevida, provincianismo, falta de ideias próprias, inconstância nas opiniões, apego a propostas de autores "d'importancia secundaria" ou a velhas teorias são algumas das verberações do seu crítico. A postura arrogante e doutoral de Adolfo Coelho suscitou, por isso, uma reacção irónica do seu opositor, pontuando a sua resposta de inúmeros comentários e alusões que marcam o tom da polémica e que intercalam, com mais frequência que o estribilho que serve de mote à sua resposta, o debate mais estritamente científico.

A extensão das intervenções e a diversidade de assuntos poderia dar a ideia de que, entre eles, pouco ou nada de comum se pode identificar. Ao contrário, porém, uma outra perspectiva de análise leva a pensar que, afinal, o que os separa não é muito. Toda a divergência reside, em última análise, numa questão que é, em primeiro lugar, de terminologia, mas que, por respeitar a um nome de etnia, envolve problemas de natureza histórico-cultural.

3. A discussão centra-se, essencialmente num problema de "etnogenia", o de saber se os lusitanos (e galaicos[2]) são lígures ou celtas. Assumindo ambos que uma classificação exclui a outra, todo o problema reside em saber quais os elementos linguísticos, arqueológicos e étnicos que sustentam a atribuição a um ou outro âmbito.

Adolfo Coelho movimenta-se num âmbito muito diverso e a sua perspectiva da questão está marcada desde logo por uma concepção determinada de quem são os lígures, o seu território e a sua língua. Trata-se de uma população relativamente circunscrita, que habita uma região ribeirinha do Mediterrâneo, ocupando genericamente o território actual do sul da França, em especial a ocidente do Ródano, e Norte de Itália, segundo a proposta de Cartaillac, invocada em sua defesa (Coelho 1890: 155).

Ao contrário, para Martins Sarmento e as fontes de que depende neste particular, é inaceitável esta noção restritiva, alinhando as suas posições por outros estudiosos, nomeadamente d'Arbois de Jubainville (1889: especialmente 383-4), que dão desta entidade uma geografia

[2] Martins Sarmento uso o termo "lusitano" para qualificar a realidade étnica do ocidente peninsular, incluindo nesta designação as populações do noroeste. A base para esta acepção do termo é um passo de Estrabão que reflecte uma entidade administrativa romana de período augustano, na qual, sob o apelativo de Lusitânia, se englobava igualmente a *Callaecia* e a *Asturia*.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

mais ampla, a qual se estenderia por outras regiões, entre elas toda a Gália, boa parte da Península Itálica e a Península Ibérica.

Partindo, portanto, de noções substancialmente diferentes a respeito de determinada entidade étnica, é inevitável que o desentendimento se estenda a todos os aspectos conexos, nomeadamente às questões de natureza linguística e arqueológica.

A acepção sustentada pelo arqueólogo de Guimarães assenta, em primeiro lugar, numa determinada interpretação dos textos clássicos, em particular em alguns passos da *Ora maritima*. Entre eles sobrelevam as referências aos lígures que habitariam terras mais setentrionais (AVIEN. ora 132, 135, Cfr. Berthelot 1934: 58-64; Ferreira 1992: 45), o que deu origem a uma interpretação divergente da expressão *sub nivoso maxime septentrione* a que se atribui o *pernix ligus* (AVIEN. ora 198). Enquanto Müllenhoff remete de novo para as costas europeias setentrionais, o erudito vimaranense defende que esta referência, cuja vinculação aos lígures se torna igualmente muito controversa, os colocaria em âmbito peninsular. Aparentemente mais segura seria a conhecida citação do problemático *lacus Ligustinus* (AVIEN. ora 284), cuja localização em território tartéssico se confirmaria em Estevão de Bizâncio.

No plano da cultura material, o escavador de Briteiros, entende que a tradição em que se insere a ocupação dos castros mergulha no mundo do Bronze e pertenceria à mesma civilização construtora dos megálitos, o que implicaria com realidades etnicamente lígures (Sarmento 1933: 371-2). Neste aspecto, A. Coelho (1890: 155) remete essencialmente para as *auctoritates*: para Cartaillac, como defensor da ausência de uma especificidade da cultura material pré-histórica deste povo; e para Schrader e Max Müller, que sustentariam indirectamente a impossibilidade de o bronze ser introduzido no contexto peninsular por antigas populações indo-europeias, o que contrariava a hipótese da origem ariana do lígures de Martins Sarmento.

Por fim, uma divergência substancial quanto à questão linguística. Partindo, como se disse, de uma base divergente, discute-se, em primeiro lugar, se o lígure era, ou não, uma língua indo-europeia ("aria", segundo a expressão do tempo) ou, mais especificamente, se pertenceria ao grupo céltico. A respeito desta questão dispõe-se do contributo importante de I. Millán González-

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

Pardo (1983), que explanou exaustivamente os fundamentos da posição de Martins Sarmento.

Em breves traços, o pensamento do arqueólogo que aqui se homenageia segue os passos seguintes:

1. a arqueologia aponta para uma grande antiguidade da habitação nos castros;
2. se os celtas só se expandiram para ocidente apenas numa data posterior ao séc. VII, então os seus habitantes não podem ser classificados como tal;
3. neste caso, como as fontes levam a admitir e algumas autoridades o sugerem (Mülhenhoff, d'Arbois), serão verosimilmente lígures;
4. no quadro das evidências observáveis, nomeadamente de linguística, seria aceitável uma generalização do tipo: o que se pode atribuir a uma fase anterior ao séc. VII é lígure, se posterior, é celta;
5. da análise dos materiais correspondentes ao mundo lusitano seria desde logo possível separar alguns elementos característicos que se poderiam atribuir ao primeiro contexto cultural;
6. o estudo do material linguístico antigo (e não classificável como celta, portanto, certamente lígure) leva a concluir que corresponde, de qualquer modo, a uma língua indo-europeia (seguindo D'Arbois de Jubainville).

Na realidade, a posição do arqueólogo vimaranense tem como principal mérito o de ter postulado raízes remotas para a cultura castreja, que poderiam recuar pelo menos à Idade do Bronze. Na sua perspectiva, seriam inaceitáveis quaisquer explicações que implicassem uma origem relativamente mais tardia desse fenómeno, porque contrárias às "evidências".

Analisado a uma distância de mais de um século, o seu contributo teria, como principal problema, o da escolha do termo "lígure" para classificar o que representava o contexto cultural mais antigo, uma vez que essa classificação étnica é hoje inaceitável. Feita essa substituição, a estrutura do seu pensamento apresenta-se com uma grande actualidade. Desde logo no que respeita à tendência geral para recusar ou, pelo menos evitar, os adjectivos "celta" ou "céltico" para designar genericamente as antigas populações do noroeste, a sua língua ou cultura material.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

4. A questão da celticidade de lusitanos e galaicos constitui, todavia, uma questão ainda em debate, em relação à qual se registam divergência substanciais, o que me leva a expor, em traços largos, a minha posição sobre essa matéria.

O mais antigo fundamento para a classificação do noroeste como céltico é proporcionado pelos autores clássicos e radica fundamentalmente em dois tipos de informação, eventualmente correlacionados. De um lado as fontes literárias mais antigas referem uma migração de célticos e túrdulos para esta região, a qual teria sido fixada nestas paragens pelas míticas propriedades do rio *Lethes*. Por outro, a documentação escrita -literária e epigráfica- recorre ao adjectivo de natureza étnica para qualificar algumas realidades geográficas. São, nomeadamente, cognominados de *celtici* povos como os *Neri*, *Praestamarci*, *Supertamarci* (PLIN. nat. 4,111), todos adscritos ao extremo noroeste. Para além disso, numa apresentação de estilo periegético do ocidente peninsular, Mela (3, 9) considera que a frente costeira do rio Douro até ao promontório designado como "Céltico" *totam Celtici colunt*, enquanto que os Ártabros aparecem como *Celticae gentis* (MELA 3,13).

É natural que se pergunte qual o valor destas atribuições de natureza étnica reportadas pelos autores clássicos e confirmadas, no caso dos *Supertamarci*, pela própria epigrafia. Importaria, pois, determinar o significado ou verdadeiro alcance destas designações. Saber, por exemplo, se o factor presença/ausência deste atributivo é sempre relevante, ou apenas identifica algumas das entidades a quem ele se adequaria, não decorrendo daí que fosse impropriamente aplicado às outras realidades galaicas.

Sobre esta questão se pronunciou recentemente J. de Hoz (1997: 105-6), sustentando a primeira das possibilidades e pressupondo, deste modo, que a referidas entidades do noroeste constituiriam uma minoria de origem céltica num contexto maioritariamente constituído por gentes não integráveis nesta filiação étnica.

Ainda que se tomassem como totalmente pertinentes estes qualificativos, importaria reconhecer as contradições e divergências dos autores clássicos e assumir que essa circunstância retira alguma credibilidade a uma hipótese como a de J. de Hoz. Se para Mela os célticos ocupam determinado território mais extenso e para Plínio só três entidades de entre elas são classificadas como tal, quem está na

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

posse da razão? O que supostamente apresentaria o âmbito mais alargado, abarcando na globalidade todas as entidades, sem especificar nenhuma em particular; ou o que citaria apenas algumas por recorrer, eventualmente, a uma informação mais precisa?

Ainda quanto ao problemas de integração étnica, não deixa de ser significativo que os autores clássicos hesitem na atribuição de *Conistorgis*, uma cidade dos cónios para Apiano (Hisp. 57 e 58) e dos célticos para Estrabão (3,2,2). Servirá, neste caso uma explicação que passasse pela alteração das áreas de influência destas entidades no sudoeste peninsular?

Deve reconhecer-se que, nas actuais circunstâncias, não é viável uma resposta fundamentada a todas estas questões.

Penso, com J. de Hoz (1997: 105), que, na classificação de determinada realidade étnica, deve ter certamente jogado um determinado papel o factor língua. Nestas circunstâncias, a aceitar-se a validade absoluta dos atributos de Plínio ou Mela para o noroeste, dever-se-ia admitir a existência de línguas diferentes no mundo galaico. No estado actual dos nossos conhecimentos, porém, nada aponta nessa direcção. Pelo contrário, o que os estudos genericamente acentuam é uma relativa unidade, não apenas de todo o âmbito galaico, mas entre este e algumas regiões confinantes, nomeadamente parte da Lusitânia e da *Asturia*.

Por tudo isto, considero preferível aceitar que estes qualificativos de natureza étnica, tanto de Plínio como de Mela, não podem sustentar a ideia de que as entidades correspondentes tenham, por esse facto, uma origem ou natureza diferente das suas vizinhas. Ou, por outras palavras, a circunstância de determinado nome de etnia não vir classificado pelas fontes como céltico não tem qualquer significado, não excluindo, especificamente, a sua integração desse âmbito linguístico.

Por outro lado e dadas as múltiplas incongruências e hesitações, bem como as dificuldades inerentes à determinação de uma origem e classificação étnica, é compreensível que se mantenha sob reserva a fiabilidade desse qualificativo, quando atribuído pelas fontes literárias. Ou, para o dizer de uma forma mais directa, nem tudo o que é apelidado de “celta” ou “céltico” pelas fontes clássicas oferece garantia de o ser.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

Em suma, a informação proporcionada pelos autores clássicos deve ser usada com extraordinária prudência no momento de determinar o que possui ou determinada integração étnica ou cultural.

5. Uma ampla tradição centro-europeia fixou essencialmente dois critérios em que basearia a identificação dos Celtas: a existência, na cultura material, de elementos classificados como de La Tène e a atribuição, pelos autores clássicos, de uma determinada integração étnica. Penso, contudo, serem plenamente justificadas as objecções que se têm levantado a esta perspectiva e compreendo que se manifestem as reservas em relação à classificação de um arte, religião ou cultura material como "celta" ou "céltica" (sobre esta questão v., entre outros, Collis 1993, Kurtz 1995, Ruiz Zapatero 1993).

Em contrapartida, apesar das dificuldades que podem subsistir em alguns aspectos concretos, há algum consenso no que respeita à existência de um grupo de línguas que, unidas por um conjunto de traços, se englobariam sobre este qualificativo genérico. A este grupo pertenceria seguramente, de entre as línguas indo-europeias peninsulares, o celtibérico, discutindo-se, todavia, a integração do "lusitano".

Como se sabe, a generalidade dos linguistas tem postulado a sua exclusão desse âmbito (Tovar 1985: 250-3; Schmidt 1985: esp. 338; Gorrochategui 1987; de Hoz 1993: 379-87; Villar 1996: 498-503), contra a posição sustentada por Untermann (1987, 1992), I. Millán (1981: 27-8) e Prosdocimi (1989). Uma postura mais cautelosa, mas tendente a admitir a primeira possibilidade é expressa por Evans (1993: 597-602)

Idêntica discussão se estende aos falares do noroeste, uma vez que é relativamente pacífica a grande afinidade entre esta área e o território mais meridional em que ocorrem as três inscrições genericamente definidas como "lusitanas". A este respeito, parecem-me pertinentes os argumentos que levam C. Búa (1997: esp. 58) a postular a existência de uma única língua indo-europeia no ocidente peninsular, bem como a sua designação como "hispânico ocidental".

Sobre a celticidade da(s) língua(s) do noroeste se pronunciou, num estudo linguístico de certo modo percursor para esta região, A. Tovar (1983). O modelo interpretativo então proposto não diferia substancialmente do que aplicara a outros territórios hispânicos. Previa a diferenciação das seguintes realidades, reveladoras de um processo

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

de formação "estratigráfico", assimilável, em certa medida, a uma constituição das evidências arqueológicas:

a) elementos pré-indo-europeus de língua desconhecida, que corresponderiam a uma fase pré-histórica (Tovar 1983: 248), hoje mal conhecidos, cuja existência resultaria da circunstância de admitir algo que precedesse a difusão das línguas indo-europeias (leia-se, celtas ou afins) e entre os quais se poderiam citar os elementos **cotto*, **lama*, **penna*, **carra*, **ganda* (Ibidem, p. 277).

b) elementos indo-europeus não-celtas, correspondentes aos mais antigos vestígios dessa família linguística no extremo ocidente, e entre os quais se poderiam assinalar elementos como o sufixo *-nt-*, ou nomes como *Nauia*, *Bletisama*, *Clunia* > *La Coruña*, *Ocelum*, *Toletenses* e, naturalmente, aqueles em que se conserva o *p* etimológico (p. ex. *Compleutica*).

c) formantes claramente célticos, como –briga, ou os que ocorrem nos nomes geográficos *Praestamarci*, *Supertamarci*, *Nerium*, *Nemetobriga*, *Calubriga*, *Ebora*, *Aquae Querquernae*, *Deua*.

Em análises recentes, este quadro é mantido, nos seus principais traços, por J. de Hoz (1997: 106-109) e J. Gorrochategui (1997: 16-7, 25, 38-9), divergindo eventualmente nas perspectivas adoptadas para a classificação de determinados elementos.

Na síntese de J. Untermann sobre a realidade linguística galaica (Untermann 1992) apontam-se, todavia, algumas limitações metodológicas que tornam de algum modo problemática a comprovação dessa tríplice componente. Sem negar liminarmente a sua existência, assinala que determinar a existência segura de uma língua não-indo-europeia neste contexto exigiria: 1) que o fenómeno fosse circunscrito a um sector bem concreto da área indo-europeia; 2) que um conjunto significativo de traços encontrasse equivalentes fora deste mesmo âmbito.

Expõe, ao mesmo tempo, os obstáculos teóricos que se levantam a determinação, nestes contextos, do que são os eventuais elementos não-celtas. O conhecimento muito limitado do léxico das línguas celtas impede que se possa classificar como exterior o elemento não representado no repertório conhecido; por outro, mesmo a identificação de fenómenos fonéticos divergentes da solução genericamente consagrada dentro desse grupo, pode não significar necessariamente a sua exclusão desse âmbito. O caso concreto da perda do -p- etimológico, inicial ou intervocálico, poderia explicar-se,

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

na sua perspectiva, admitindo que esta particularidade, ocorrida em determinado momento da história desse grupo linguístico, não tivesse atingido esta área marginal.

Deste modo, haveria bons argumentos para sustentar também a celticidade das línguas do ocidente, que assim ocupariam uma posição paralela ao celtibérico, com o qual, de resto, apresentam muitas afinidades.

Na minha opinião, é inquestionável, em primeiro lugar, que os elementos onomásticos conhecidos apresentam frequentes afinidades com os que se conhecem dentro desse grupo e, ao contrário, não se apontou, nas línguas locais, nenhum fenómeno que comprovadamente seja incompatível com uma explicação dentro desse mesmo contexto. Parece-me, por isso, que, até melhor prova, se deveria partir do princípio de que a(s) língua(s) do ocidente hispânico pertenceria(m) ao grupo céltico.

6. Nesta perspectiva, poder-se-ia retomar a questão da classificação das populações do noroeste como célticas, acompanhando-a, contudo, de alguns esclarecimentos adicionais.

Como se disse, a realidade linguística constitui o único aspecto em relação ao qual se estabeleceram, com alguma precisão, critérios de atribuição do adjectivo "celta". Sob esta perspectiva, aceitar-se-ia, portanto, uma classificação das populações do noroeste como célticas, desde que esse adjectivo equivalesse a "povos falantes de uma língua celta", sem outras implicações, nomeadamente no domínio da cultura material ou da origem étnica. Compreende-se, por isso, a perspectiva de F. Calo (1993: 60-65) acerca da questão em análise, considerando-a um problema que diz essencialmente respeito aos linguistas, a ser resolvida por eles.

Portanto, neste aspecto estritamente considerado, a proposta de Martins Sarmento careceria de razão. A língua dos lusitanos é, muito provavelmente, celta. Todavia, tendo em conta o significado específico atribuído por ele para o termo "lígure", logo a sua argumentação recobra um outro sentido. Atendendo ao facto de a sua recusa do celticidade de galaicos e lusitanos decorrer de um postulado, aceite no seu tempo, de que uma presença celta no ocidente não poderia ser anterior ao séc. VI a. C., compreende-se bem a sua postura.

No plano linguístico, constata-se, de facto, a natureza claramente arcaica dos falares ocidentais. Infelizmente, este facto, ainda que se torne perfeitamente compatível com a atribuição de uma

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

cronologia anterior à que então se estabeleceu para a chegada de falantes de línguas pertencentes àquele grupo ao ocidente hispânico, possui uma força probatória muito limitada.

Enfim, a continuidade sem rupturas significativas no domínio da cultura material, desde o Bronze Final aos tempos romanos (Martins & Jorge 1992-93: 362-4), constitui, sob certa perspectiva, um apoio para o que Martins Sarmento defendia com tanta veemência e consagra o pioneirismo dos seus estudos. Ao mesmo tempo poderia dar alguma credibilidade às hipóteses que defendem a grande antiguidade deste estratos linguístico no ocidente hispânico, geralmente admitido, mas que encontra o seu principal problema na fixação concreta de uma cronologia, tarefa sempre arriscada.

Todavia, a necessidade metodológica de separar os fenómenos da linguagem da das observações de natureza arqueológica impõem restrições drásticas a este tipo de ilações.

Em suma, no noroeste hispânico, parece clara uma relativa unidade linguística, correspondente a uma realidade integrável no grupo céltico, de natureza bastante arcaica, cujas afinidades com o que é designado como "lusitano" podem sustentar a hipótese de se tratar de um língua única, eventualmente marcada por variantes dialectais cuja diversidade não é possível, de momento, estabelecer.

7. Importaria, por fim, comentar um aspecto específico, relativamente marginal, mas que tradicionalmente se tem associado a toda esta questão.

Quando Bosch Gimpera definiu uma periodização para as movimentações célticas, estabeleceu que, em determinado momento da Idade do Ferro, se teriam fixado em âmbito peninsular, populações de origem gaulesa, retomando uma ideia já bem presente na investigação anterior. De facto, já d'Arbois de Jubainville (1904: 108-12), por exemplo, tinha salientado a proveniência gaulesa de determinados topónimos hispânicos, especialmente do nordeste, que continham o elemento -*dunum*[3]. Ao mesmo tempo, como prova da extensão desse tipo de influência ao noroeste, citava-se inevitavelmente o caso de *Caladunum*, situado em lugar incerto da *Callaecia Bracarensis*.

[3] Já W. von Humboldt 1990 (1821): 126-7 tinha admitido a natureza céltica de alguns dos nomes em –*dunum* (ou até mesmo de todos), considerando, todavia, que se trata de uma hipótese demasiado insegura, uma vez que este elemento poderia ser igualmente explicado no âmbito da antiga língua basca.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

Ainda que a postura invasionista que marcou a investigação passada seja actualmente exorcizada, é frequente repetirem-se as propostas de associação deste nome ao conjunto de topónimos a um conjunto de evidências que reflectiriam os contactos entre o nordeste peninsular e as realidades de além-Pirenéus (Almagro & Lorrio 1992: 114; Lorrio 197: 45-8); ou, no plano linguístico, apresentar-se-iam como elementos britónicos nas línguas hispânicas (Lomas 1988: 80).

A dúvida sobre a relação deste conjunto onomástico com os topónimos em *-dunum* documentados na Bética (*Esstledunum* e *Arialdunum*) foi justamente posta em causa por J. Untermann (1985: 25, nota 15). Pelos argumentos que seguidamente se invocam, deve, na minha perspectiva, ser igualmente questionada a integração neste grupo do topónimo *Caladunum*.

Para além da atestação literária deste nome de lugar, a epigrafia atesta o que deve ser interpretado como indicação de *origo* sob a forma *Caladunus* e *Caladuna*. Isto é, verifica-se que estas última ocorrências são aparentemente anómalas, uma vez que, sendo determinativos, se apresentavam com a mesma forma que o NL de que supostamente derivariam. De qualquer modo, uma explicação poderia ser a de apresentá-las como derivados assufixais, como chegou a ser sugerido para explicação de nomes como *Bracarus*, tendo em conta o NL *Bracara*. Esta explicação constituiria, aparentemente, um argumento que negaria a hipótese, há algum tempo expressa por Villar, segundo a qual a existência deste tipo de formações assufixais se deveria questionar.

Penso todavia que esta recente proposta deve manter toda a sua validade, não constituindo objecção pertinente a existência de *Caladunum* a par de *Caladunus*, *-a*. A explicação alternativa destes nomes deve resultar da circunstância todos eles serem, na realidade, derivados, com um sufixo em *-uno*, de uma forma **Caladus*, não atestada sob esta forma, mas que seria viável dentro do que se conhece da realidade linguística do ocidente hispânico. Poder-se-ia, talvez, aproximar de um hidrónimo *Celadus*, atestado em Mela (3,10), o qual tem sido frequentemente identificado com o actual Cávado, o que tornaria esta hipótese extraordinariamente sugestiva.

O carácter isolado desta ocorrência serve, bem como as considerações linguísticas de Villar a respeito da morfologia dos adjectivos determinativos constituem, neste caso, elementos que dão credibilidade a este nova interpretação. Aceitando-se esta hipótese

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho
Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

explicativa, afasta-se qualquer vinculação deste nome à realidade gaulesa, de resto difícil de perscrutar entre outras evidências do noroeste hispânico.

Perde-se, enfim, um argumento que sustentava uma suposta movimentação de populações de origem céltica para o extremo ocidente, mas não contribui em nada para diminuir a força dos que sustentam a natureza céltica da língua pré-romana dessa área.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

Referências

ALMAGRO, M. & LORRIO, A. (1992) - Representaciones humanas en el arte céltico de la Península Ibérica, *II Symposium de Arqueología Soriana (Soria, 1989)*, vol. I, Soria, p. 409-51.

BERTHELOT, A. (1934) - *Festus Avienus: Ora maritima*, 2.ª ed., Paris.

BÚA, C. (1997) - Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispánica, *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego. I. Historia*, Santiago de Compostela, p. 51-99.

CALO LORIDO, F. (1993) - *A cultura castrexa*, Vigo.

COELHO, F. A. (1889-90) - Questões ethnogenicas. Lusitanos, ligures e celtas, *Revista Archeologica*, 3, 129-77; 4, p. 153-61.

COLLIS, J. (1993) - Los celtas en Europa, *Los celtas: Hispania y Europa*, Madrid, p. 63-76.

Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmento. Arqueologia e epigrafia (1879-1899), Guimarães, 1947.

D'ARBOIS DE JUBAINVILLE, H. (1889) - *Les premiers habitants de l'Europe d'aprés les écrivains de l'antiquité et les travaux linguistiques*, 2.ª ed., Paris.

– (1904) - *Les Celtes depuis les temps plus anciens jusqu'en l'an 100 avant nôtre ère*, 2.ª ed., Paris.

DE HOZ, J. (1993) - *Testimonios lingüísticos relativos al problema céltico en la Península Ibérica, Los Celtas: Hispania y Europa*, Madrid, p. 357-407.

– (1997) - Lingua e etnicidade na Galicia antiga, *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego. I. Historia*, Santiago de Compostela, p. 101-39.

EVANS, D. E. (1993) - The identification of Continental Celtic with special reference to Hispano-Celtic, *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Actas del V Coloquio sobre lenguas e culturas prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 1989)*, Salamanca, p. 563-608.

FERREIRA, J. R. (1992) - *Orla marítima. Avieno*, 2.ª ed., Coimbra.

GORROCHATEGUI, J. (1987) - En torno a la classificación del lusitano, *Studia Paleohispanica. Actas del IV coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas (Vitoria, 1985)*, Vitoria / Gasteiz, p. 77-91.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

– (1997) - Gallaecia e as linguas prerromanas da Península Ibérica, *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego. I. Historia*, Santiago de Compostela, p. 15-49.

KURTZ, W. S. (1995) - Lo celtico en el contexto de la arqueología europea, *Celtas e Túrdulos: La Beturia*, Mérida, p. 9-48.

LOMAS, F. J. (1988) - Las fuentes históricas más antiguas para el conocimiento de los celtas peninsulares, *Historia de España antigua*, Madrid, p. 53-81.

LORRIO, A.(1997) - *Los celtíberos*, Madrid-Alicante.

MARTINS, M. & JORGE, S. O. (1992-93) – Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal, *Paleoetnología de la Península Ibérica, Complutum*, 2-3, p. 347-72.

MILLÁN GONZÁLEZ-PARDO, I. (1981) - *Raices prelatinas de la cultura galega: problemas e datos de lingua e creencias*, Vigo.

– (1983) - El anticeltismo de Francisco Martins Sarmento, *I Colóquio Galaico-Minhoto (Ponte de Lima, 1981)*, Ponte de Lima, p. 45-109.

PROSDOCIMI, A. L. (1989) - L'iscrizione gallica del Larzac e la flessone dei temi in *-a*, *-i*, *-já*. Con un 'excursus' sulla morfologia del lusitano: acc. *crougin*, dat. *crougeai*, *Indogermanische Forschungen*, 94, p. 190-206.

RUIZ ZAPATERO, G. (1993) - El concepto de celtas en la prehistoria europea y española, *Los celtas: Hispania y Europa*, Madrid, p. 23-62.

SARMENTO, F. M. (1933) - Lusitanos, lígures e celtas, in *Dispersos*, Coimbra.

SCHMIDT, K. H. (1985) -A contribution to the identification of lusitanian, *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas (Lisboa, 1980)*, Salamanca, p. 320-41.

TOVAR, A. (1983) - Etnia y lengua en la Galicia antigua: El problema del celtismo, *Estudios de cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, p. 247-82.

– (1985) - La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos, *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas (Lisboa, 1980)*, Salamanca, p. 227-53.

UNTERMANN, J. (1985) - Lenguas y unidades políticas del Suroeste hispánico en época prerromana, *De Tartessos a Cervantes*, Köln-Wien, p. 1-40.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt

– (1987) - Lusitanisch, Keltiberisch, Keltisch, *Studia Paleohispanica. Actas del IV coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas (Vitoria, 1985)*, Vitoria / Gasteiz, p. 57-76.

– (1992) - Anotaciones al estudio de las lenguas prerromanas del noroeste de la Península Ibérica, *Galicia: Da romanidad á xermanización*, Santiago de Compostela, p. 367-97.

VILLAR, F. (1995) - *Estudios de celtibérico y de toponimia prerromana*, Salamanca.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@cs.uminho.pt
URL: www.cs.uminho.pt